

IV Encontro Nacional da Anppas
4,5 e 6 de junho de 2008
Brasília - DF – Brasil

Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário¹

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)
Economista, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres/UFSCar
normaf@terra.com.br

Beatriz Janine Cardoso Pavan (ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS/USP)
Socióloga, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental/USP
bia_pavan@yahoo.com.br

Débora Geraldi (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)
Socióloga, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar
degeraldi@gmail.com

Victor Marchezini (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)
Sociólogo, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar
victor_marchezini@yahoo.com.br

Mariana Siena (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)
Socióloga, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar
mari_siena@yahoo.com.br

Resumo

Os desastres relacionados às chuvas vêm se ampliando no Brasil, revelando significativas perdas materiais e humanas, indissociável da perspectiva de classe uma vez que a afetação dos mais pobres é recorrente. Além das perdas materiais que, por vezes, são de difícil reposição aos afetados, há as de caráter social, como a ausência de alternativas próprias de moradia quando a casa é danificada seriamente ou destruída. No município de Sumidouro/RJ, o desastre relacionado às chuvas ocorridas em janeiro de 2007 desencadeou a necessidade de implantação de abrigos temporários, os quais, no entanto, foram estabelecidos numa outra concepção de gestão, de caráter participativo. Uma análise sociológica do caso do abrigo temporário da Escola Centro Integrado Educação Pública (CIEP) Maria Amélia Pacheco foi empreendida a fim de identificar quais as componentes de manutenção da coesão social frente às circunstâncias de vulnerabilidade que a desestruturação dos elementos materiais da rotina do grupo que o desastre reforçou.

Palavras-chave

Desastres, vulnerabilidade, abrigos temporários, gestão participativa.

¹ Apoio: MCT/CNPq

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008

Brasília - DF – Brasil

INTRODUÇÃO

O tipo de desenvolvimento que vêm sendo reproduzido, como padrão de produção do espaço e como lógica do ordenamento social no território urbano, gerou, nas últimas décadas, um aumento considerável dos desastres, como aqueles relacionados às chuvas. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seu documento *“La Reducción de Riesgos de Desastres – Un Desafio para el Desarrollo, Un informe Mundial”* (2004), cerca de 75% da população mundial vive em zonas que, ao menos uma vez, foram afetadas por algum tipo de desastre natural, a saber: terremotos, ciclones tropicais, inundações e secas. Essa estatística compreende os anos entre 1980 a 2000, nos quais ocorreram, em decorrência dos desastres, mais de 184 mortes diárias e um significativo contingente de desabrigados em várias partes do globo. Com relação às inundações, ainda segundo o PNUD, cerca de 106 milhões de pessoas ao redor do mundo se encontram expostas a elas, desde as que se sujeitam a vivenciar conseqüências catastróficas até aquelas cuja vulnerabilidade pode ser considerada menor, onde não necessariamente há o risco da perda de vida humana (PNUD, 2004, p.3). Informações da Estratégia Internacional para Redução de Desastres (ONU/ EIRD), produzidas em colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS), apontam que, somente no período de junho de 2005 a maio de 2006, foram registrados 404 desastres relacionados às chuvas em 115 países do mundo, com efeitos devastadores, num saldo de mais de 93.000 mortos. Estes números são superiores em 25% à média correspondente a todo período decenal anterior (1995-2004). As inundações havidas engendraram danos econômicos, com perdas de meios de vida, perturbação dos mercados e o aumento dos preços locais; danos causados ao meio construído e aos recursos naturais locais; e danos humanos, como perda de familiares, o que suscitou problemas de longa duração para as comunidades afetadas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Na América Latina e Caribe, o anuário Estatístico de 2006, aponta a ocorrência de 4.918 perdas humanas em decorrência de inundações no período de 2002 a 2005 e mais de três milhões de pessoas foram afetadas (CEPAL, 2006). No caso do Brasil, tal como em toda a América Latina, o processo de crescente vulnerabilidade em relação à ameaça das chuvas é uma constatação. A Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) informa que, durante o período de 2003 a 2006, 5.777 municípios brasileiros tiveram o reconhecimento do Ministério da Integração Nacional de sua situação de emergência ou de estado de calamidade pública, sendo 4.256 desses reconhecimentos devido à estiagem e seca e 1.517 devido às chuvas. Estas últimas afetaram, em 2003, 7.476.596 pessoas; enquanto em 2006, afetou 12.548.701 pessoas, num crescimento de aproximadamente 80%. O número de desalojados em 2003 foi de 92.345 e, em 2006, de 70.655 pessoas. Esse decréscimo não é animador, pois o número de desabrigados ampliou-se,

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008

Brasília - DF – Brasil

totalizando 35.380 pessoas em 2003 e, em 2006, 61.365 pessoas (BRASIL, 2007a), num crescimento de aproximadamente 90%. Denota que o contingente de afetados em geral, e de pessoas desalojadas² e desabrigadas³ em particular, é representativo de vulnerabilidade existente no país não de forma conjuntural, mas de forma estrutural (BRASIL, 2007a; BRASIL, 2007b). A Secretaria Nacional de Defesa Civil projeta tendência de aumento no número de afetados pelas chuvas na região Centro-Sul devido aos fenômenos de concentração da precipitação pluviométrica que poderão ocorrer em vista das Mudanças Climáticas:

“A explicação do aumento contínuo nas perdas e seu impacto nas economias podem encontrar entendimento no aumento no número de eventos naturais extremos, mas também no aumento do número de populações, infra-estrutura e produção, localizados em zonas de ameaça e em condições de tal vulnerabilidade que sejam suscetíveis de sofrer danos e perdas de tal magnitude que enfrentam severas dificuldades para recuperar-se” (BRASIL, 2007, p.3).

A questão que se levanta não é o quanto o denominado *forçamento antrópico* ou *forçado natural* foi responsável pelo aumento da frequência de eventos de precipitação extrema até aqui (IPCC, 2007a), mas se as projeções futuras do clima, que reiteram a ocorrência desses eventos, com aumento do escoamento superficial e inundações decorrentes, impactando assentamentos humanos, em especial comunidades pobres (IPCC, 2007b), estão incitando políticas consistentes para a redução dos riscos de perdas humanas, de moradias, de áreas agricultáveis, de ampliação das doenças de veiculação hídrica, dentre outros. Por risco, entende-se o par *ameaça* e *vulnerabilidade*; no dizer da EIRD, “o risco de um desastre é a probabilidade de que o mesmo suceda. A valorização do risco inclui a evolução da vulnerabilidade e da predição do impacto, tomando em consideração as margens que definem um risco aceitável dentro de uma sociedade determinada” (ONU/ EIRD, 2003 s/n).

Há que se considerar, no debate recente, que a produção do risco é parte constituinte do cotidiano da sociedade atual; o desastre, sendo a concretização do estado de desordem ao qual paulatinamente as práticas que materializam e dão sentido aos lugares se lançam. Diante do contexto entendido como anormalidade, órgãos de emergência e urgência enodoam-se com distintas e, por vezes, contraditórias leituras dos fatores de ameaça e dos níveis de vulnerabilidade ou segurança. A forma fragmentar e pouco articulada na qual as ações dos órgãos de emergência, nos diferentes níveis de governo, ocorrem é um dos aspectos que concorrem para dificultar a mobilização comunitária em torno do problema.

² Para o Sistema Nacional de Defesa Civil, desalojados são moradores que tiveram suas casas danificadas e/ou destruídas, todavia, após a evacuação, encontram alojamento na casa de parentes/ amigos.

³ Para o Sistema Nacional de Defesa Civil, os desabrigados caracterizam-se por não encontrar apoio das redes de sociabilidade e não possuem recursos para se instalar em outros locais, ficando à mercê das ações do Estado para alocarem-se nos abrigos temporários organizados pela Defesa Civil.

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008

Brasília - DF – Brasil

É na lógica da relação do perito dos diversos órgãos públicos com o morador que se nota a incapacidade do Estado em ter uma escuta ativa para as propostas do grupo afetado, voltadas para a implementação de estratégias de redução dos desastres num momento posterior. É freqüente, aos órgãos de Defesa Civil, procurar um culpado pela tragédia que desvie o olhar da pobreza estrutural e das omissões do Estado frente à mesma; e, na perspectiva neomalthusiana que se dissemina neste meio, o culpado pela tragédia é o próprio pobre, que produziu arbitrariamente sua inserção num território prenhe de ameaças. Uma vez que esse discurso pareça legítimo, o processo de responsabilização do Estado na recomposição dos meios de vida pode, assim, se relativizar, compondo um quadro de ausência de cidadania. Tudo se passa como se as áreas ocupadas pela população empobrecida que, na ausência dos equipamentos públicos, passam a ser denominadas como 'áreas de risco', carregassem uma componente de ilegalidade que inviabilizaria o exercício reivindicativo dos afetados. Sob tal expediente, o mundo legal perpetra fronteiras claras na relação dos afetados com os peritos e que define a resposta e reabilitação praticadas pelo Estado como assistência para além do dever. Nesse bojo, se amplia, entre os afetados, sua insegurança quanto à capacidade de sobreviver e manter, numa continuidade temporal, as narrativas do *self*, isto é, garantir coerência e consistência a uma trajetória de vida que afirme uma identidade consoante às aspirações do sujeito (GIDDENS, 1997; BRÜSEKE, 1997; SOAR FILHO & LEIS, 2005; VALENCIO & GONÇALVES, 2006).

Considerando tal contexto, essa reflexão sociológica busca demonstrar, a partir de um estudo de caso, que o esgotamento da possibilidade de ação material do Estado frente ao desastre pode dar-se em outras bases de sociabilidade com o afetado que não na adoção de assimetrias. O reconhecimento público da incapacidade em operar melhorias no cenário imediato, num ambiente de transparência e valorização dos recursos culturais da própria comunidade, colabora para que a mesma lide com seu drama e promova a autogestão nas práticas de reabilitação, isto é, as providências relacionadas à garantia dos mínimos vitais, numa nova rotina de convivência.

1. O afetado é, antes de tudo, um pobre

A segregação espacial das populações no estrato de menor renda, sobretudo na área urbana, fica expressa em seus padrões de ocupação, caracterizados pela produção da moradia em sistema de autoconstrução; pela circunscrição em loteamentos irregulares em terrenos susceptíveis em encostas, fundos de vale e várzeas; pela limitação dos equipamentos públicos na localidade, principalmente relacionados ao saneamento; dentre outros. A despeito de demandas não atendidas dos moradores, que vivenciam toda a sorte de precariedade, o mercado imobiliário

IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

informal amplia-se como decorrência de uma sociedade que distribui desigualmente os benefícios do progresso identificado como modo de vida urbano. Sobre isso, afirma Acselrad (2000):

A desigualdade ambiental é sem dúvida uma das expressões da desigualdade social que marcou a história do nosso país. Os pobres estão mais expostos aos riscos decorrentes da localização de suas residências, da vulnerabilidade destas moradias a enchentes, desmoronamentos e à ação de esgotos a céu aberto. Há conseqüentemente forte correlação entre indicadores de pobreza e a ocorrência de doenças associadas à poluição por ausência de água e esgotamento sanitário ou por lançamento de rejeitos sólidos, emissões líquidas e gasosas de origem industrial. Esta desigualdade resulta, em grande parte, da vigência de mecanismos de privatização do uso dos recursos ambientais coletivos – água, ar e solos (ACSELRAD, 2000, p.1).

De acordo com dados existentes no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, produzido pelo PNUD, baseado nos microdados dos censos de 1991 e 2000 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de pessoas que habitam domicílios subnormais, tanto na área urbana quanto rural, varia de estado para estado. Enquanto, em alguns casos, esse percentual diminuiu, como em Vitória, Belo Horizonte e Recife, nas principais capitais da região Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro, houve aumento. Nesta última, o percentual de pessoas que viviam em domicílios subnormais era de 17,19 em 1991, passando a 18,78 em 2000, totalizando quase um quinto da população urbana.

Uma recente pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole para a Secretaria Nacional de Habitação (CEBRAP/SNH) (Brasil, 2008) mostra um quadro mais preocupante ao lidar com a problemática metropolitana. Na Região Metropolitana de São Paulo, 13.4% dos domicílios estão em setores subnormais e assentamentos precários, sendo 19.6% na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dados como estes apontam que uma parcela significativa da população encontra-se numa vulnerabilidade estrutural decorrente da pobreza, resultante direta das relações de poder na sociedade (VARGAS, 2006). Desde aí, são submetidas a diferentes vulnerabilidades, tais como as relacionadas às condições climáticas, como as chuvas.

Esta estigmatização e sujeição são claramente expostas quando da ocorrência de desastres relacionados às chuvas, como inundações, enchentes, deslizamentos e afins. Ao retirar o local de sua rotina de funcionamento precária em decorrência de expressiva danificação e destruição de fixos e fluxos, segue a permanente interlocução deteriorada dos moradores em 'área de risco' com o Estado, na qual as formas violentas de negociação de retirada dos moradores do lugar (VALENCIO et al, 2005) e o provimento limitado de bens e serviços nos abrigos temporários são um reflexo. Dentre os afetados, aqueles que vivem as condições mais degradantes de reabilitação são os desabrigados. Essa condição publiciza a sua situação sócio-econômica incapaz de prover um domicílio provisório bem como a ausência de laços sociais ou familiares capazes de fornecer uma acolhida. Tais carências favorecem o esfacelamento da dignidade pessoal e reiteram no afetado a sua condição de *outsider* (VALENCIO, 2007a).

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008

Brasília - DF – Brasil

2. O desabrigado como identidade deteriorada

Uma vez ocorrido o desastre, na forma de enchentes e deslizamentos, impactando áreas intensamente adensadas, a desfiliação social do pobre, já em curso, é levada ao paroxismo, na figura do desabrigado. Desabrigado é a designação dada pelo Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) àqueles que dependem exclusivamente das providências do Estado para obtenção de moradia provisória e suportes afins, como alimentação, vestuário, medicamento, dentre outros. Trata-se daqueles cuja moradia sofreu danificação severa e/ou destruição, desfazendo as condições materiais para a continuidade da rotina da família, ocasionando a desintegração do espaço privado de convivência e alterando o seu *habitus*⁴. Caracteriza-se por não encontrar apoio, para se alojar, tanto no âmbito da vizinhança (no geral, igualmente impactada pelo evento danoso) quanto no do rol de amigos e de parentes em vista que estes, permeado pela situação de classe, situam-se numa condição de precariedade material similar. Às privações sofridas pelos desabrigados no desempenho do *habitus*, adicionam-se a prática do Estado em não incluí-los no processo de reconstrução de forma que os permita superar a situação de exposição pública de carência que o cotidiano num abrigo temporário impõe, corroendo a dignidade da pessoa perante a comunidade, a família e si próprio.

A desqualificação do afetado como um interlocutor válido - no processo político no qual as ações da Defesa Civil de prevenção, preparação, resposta e reconstrução - é sedimentada numa racionalidade monológica. Os manuais e os cursos de capacitação no âmbito do Sistema Nacional de Defesa Civil se orientam por uma perspectiva militarizada na qual as ações de resposta - englobando tanto o *socorro*, com o resgate de vidas humanas e bens patrimoniais quanto a *assistência*, na forma abrigo, alimentação e assistência médica - têm como pressuposto relações hierarquizadas, na qual cabe, ao afetado, obedecer. Disso decorre a ausência de possibilidade de instituir-se uma hermenêutica diatópica entre agentes de Defesa Civil e afetados, na qual as diferentes experiências e conhecimentos possam ser considerados e colocados em sinergia, evitando-se uma assimetria de poder. Estudos anteriores dos autores no tema de desastres relacionados às chuvas (VALENCIO et al 2004; VALENCIO et al 2005; VALENCIO et al, 2006; VALENCIO 2007b) demonstraram que o processo de desqualificação dos afetados em geral é instrumental à afirmação corporativa de Defesa Civil na medida em que permite que suas ações em torno do risco sejam incontestes. A prática de constituição de Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs) não garante, em si mesma, que a população da localidade considerada em risco será ouvida, pois a racionalidade técnica que move os agentes de defesa civil pode promover esse espaço de envolvimento do grupo apenas para coagi-lo a adotar determinados

⁴ Sistema de esquemas de produção, de percepção e de apreciação das práticas que permite aos agentes se situar e se caracterizar no mundo social (BOURDIEU, 2001).

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008
Brasília - DF – Brasil

comportamentos entendidos como seguros. Ocorre que o estado atual de complexidade das relações socioambientais e incertezas bem como a ausência de projetos de enfrentamento real da produção social da pobreza não concorrem para que um ambiente de segurança se instaure naquilo que Torres et al (2003) denominam de “hiperperiferias”. Conforme os autores, trata-se da imbricação da desigualdade e da segregação gerando um efeito cumulativo dos riscos sociais e ambientais. No caso, por exemplo, dos territórios do município de São Paulo, os piores indicadores socioeconômicos coincidem com os riscos de enchentes e deslizamentos de terra, além de riscos à saúde relacionados à intensidade da poluição e ineficiência dos serviços sociais. Além da baixa renda, insuficiência no acesso ao equipamento público indispensável, as condições de destituição também são caracterizadas pela reduzida condição de fazer-se ouvir e influenciar o poder regulatório e fiscalizatório (ACSELRAD, 2006).

O Manual de Planejamento da Defesa Civil (1999) aponta para uma representação dos desabrigados como aqueles que, dado sua situação de pobreza, não possuem conhecimento nem prática em torno de noções correntes de saúde e higiene, pressupondo que estes seriam incapazes de manter o abrigo com o devido asseio, sendo necessária uma permanente supervisão para que isso se cumpra: “É importante enfatizar que as instalações que servem de abrigo temporário devem ser mantidas impecavelmente limpas e higienizadas. Da mesma forma, o asseio corporal do pessoal abrigado não deve ser descuidado” (BRASIL, 1999, p.46).

O descrédito dos afetados é reforçado pelo imaginário de heroísmo, solidariedade, força, virilidade, coragem e autoridade dos operadores de emergência que precisam vir ao socorro dos “incapazes”. O abrigo temporário, como uma territorialidade definida por tais operadores, é a oportunidade para a realização mais ampla de um tipo de dominação opressora já que é *locus* em que o grupo “atendido” revela especial carência de suporte material e simbólico. Uma postura autoritária é travestida por uma ética humanitária, mas a aparência não se mantém quando defrontada com o fato de que o Outro não é visto como sujeito. O desafio dos abrigados em conviver com a imagem de párias diante do meio macroenvolvente, seja num derredor espacializado fisicamente e de contato direto, seja naquele que o meio comunicacional amplia, sobretudo, por meio da tv, que leva ao testemunho do telespectador as incessantes mazelas, que se naturalizam. E, ainda, lidar com os conflitos de uso na disputa da infra-estrutura provisoriamente cedida. Estabelecimentos escolares, ginásios de esporte e afins, passada uma breve comoção pública e independente das medidas de reconstrução das moradias, logo são reivindicados para seus usos correntes, recrudescendo as tensões entre os abrigados e os usuários e corroendo as bases da legitimidade de estarem ali. Os abrigados, assolados emocionalmente pelas perdas materiais e imateriais havidas, ainda precisam reafirmar cotidianamente direitos mínimos de suprimento de suas necessidades vitais e sociais.

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008

Brasília - DF – Brasil

O Sistema Nacional de Defesa Civil parte, numa perspectiva verticalizada de relações com os afetados, de um conjunto de representações do mundo social cristalizadas, que balizam práticas igualmente resistentes à mudança, tal como é a conotação do termo 'doutrina' que é adotada como baliza dos procedimentos em campo. Como tratou Valencio (2007a), desastres são fenômenos que devem necessariamente remeter à reflexividade das instituições envolvidas. Os órgãos de defesa civil deveriam reconhecer a ampla discussão no meio científico sobre os conceitos de risco e de desastre que estão para além dos eventos físicos (QUARANTELLI, 1998).

As imagens, discursos e práticas, culturalmente hegemônicas, em torno do risco e do desastre, elaboradas para enquadrar e subordinar os demais (DOUGLAS, 1998), apresentam uma saturação que está se revertendo num amplo descrédito das instituições voltadas para o tema das emergências. Extremos de progresso material e de bem estar para setores limitados não podem, além de gerar, conviver com extremos de privação, pobreza e marginalização social de outros setores da população (MARTINS, 2003). O desabrigado, como alguém que vivencia um extremo de privação, subordina-se a uma autoridade que o interpela nos termos do distanciamento e progressiva indiferença, acompanhado por uma opinião pública que segue discriminando-o. Esse é o caldo onde o sofrimento social tanto sujeita o grupo à violência simbólica, assumindo culpas por sua tragédia, quanto incita o seu contrário, isto é, leva-o a mobilizar-se, nos seus próprios termos, em prol de outro projeto de sociedade.

2.1 Abrigos temporários

Como afirmam Elias & Scotson (2000), inferiorizar o outro, fazendo penetrar na sua auto-imagem a responsabilidade única por seu drama, é um mecanismo usual dos grupos superiores para enfraquecer aqueles que possam eventualmente contestar a ordem social. Segundo os manuais de defesa civil, o abrigo temporário é um *locus* provisório de atendimento de necessidades básicas dos desabrigados, devendo o gestor público ali atender a um conjunto de provisões que se referem à proteção física, a um local de repouso, à alimentação, ao vestuário, à medicação, dentre outros, até que uma solução duradoura seja implementada pelo Estado.

No Brasil, três são os desafios fundamentais, imbricados um no outro, para que o abrigo cumpra as finalidades supra, a saber: a) os relacionados à disponibilização das condições materiais - na forma de espaço físico apropriado, recursos humanos capacitados e bens relacionados aos mínimos vitais - dando provimento às carências no *timing* em que as mesmas se manifestam; b) os que se referem à agilização das providências de reconstrução, priorizando soluções duradouras de moradia digna às famílias; c) por fim, os consoantes à gestão do abrigo, voltados para aliviar o sofrimento social, tornando suportável a convivência em condições limitantes.

IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

A ausência de local próprio, pessoal e bens, promovem, na realidade material do abrigo, o par *improvisação e doação* no qual, de um lado, os agentes públicos envolvidos não se sentem capazes de lidar com a situação, sendo requeridos em constância e em atribuições que ultrapassam sua função, disposição e disponibilidade. Ao lado disso, as doações mais fartas no primeiro momento, que permite escamotear a ausência de suprimentos públicos para as necessidades dos afetados, tendem a se escassear passada a comoção pública em torno do desastre, o que põe a descoberto o misto de burocracia e ineficiência que, em muitos casos, inviabilizam organizar estoques e ter controle sobre a assistência. Quando a tolerância do ente público às solicitações constantes dos abrigados fica no limite – incluindo dos usuários dos estabelecimentos emprestados para a acolhida, escolas, ginásios e afins – nem sempre se faz acompanhar de providências para que estes tenham, novamente, uma moradia para residir o que, não raro, ocorre devido à incompatibilidade das exigências feitas pelos três níveis de governo que se envolvem na questão, como tratou Valencio, Marchezini e Siena (2008). E, no que concerne às questões de gestão do abrigo, os serviços administrativos prestados passam, a cada dia, a caracterizar-se como *algo além* da responsabilidade pública e dependente de compaixão e tolerância: cada novo colchão, cobertor, refeição requeridos por uma família, em meio a outras, a torna passível a ser vista como *gente que pede demais*.

As representações que os abrigados porventura tenham do abrigo temporário pode ter direta correspondência com as limitações supra sendo, ainda, a baliza que permite aos mesmos compreender que o desempenho seu *habitus*, seus papéis, suas rotinas diárias, está prejudicado naquelas circunstâncias. Onde, na moradia, havia espaços delimitados para os múltiplos fazeres da família⁵ - cozinha, quarto, sala, banheiro, quintal, cada qual com as “paredes” próprias que delimitam essa sub-territorialização da casa nas funções específicas - o abrigo se oferece como território que descarta o principal da casa: a privacidade, o exercício da intimidade e toda a performatividade que é própria do sujeito “entre quatro paredes”. Uma vez que a replicação de um espaço privado se torna impeditivo tanto pelo ordenamento estabelecido pelo gestor quanto pelas condições físicas do lugar, o conteúdo desse espaço - as relações em uma rotina de convivência íntima - é inviabilizado, tendendo a deteriorar-se na mesma medida da degradação das relações com os demais abrigados que ali convivem. De um modo ou de outro, a situação, que é um das típicas de omissão do ente público, leva a responsabilidade pelos fracassos aos ombros dos indivíduos (BAUMAN, 2001).

Vai daí, que situações nas quais as insuficiências do ente público são reconhecidas por este - sem condições de superação no curto ou médio prazo - e haja uma interação dialógica com os

⁵ Nos abrigos, sofás, fogão, televisão, armários de cozinha, roupas e outros utensílios que puderam ser salvos da danificação ou destruição do domicílio, quando não há local devido para acautelamento (situação padrão, mas pouco encontrada), ficam todos aglomerados, não havendo uma divisão de cômodos que permita seu uso adequado.

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008

Brasília - DF – Brasil

abrigados, para permitir a valorização das suas experiências na concepção e implementação do abrigo, traduzem um avanço frente ao contexto socioambiental no qual a naturalização das desigualdades sociais indica que os desabrigados devam permanecer heterônomos na realidade vivida.

Diante das chuvas ocorridas, em janeiro de 2007, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, no município de Sumidouro, e que provocou enchentes e deslizamentos generalizados naquela localidade, deu-se o estabelecimento de uma relação dos desabrigados com o executivo municipal que, se não foi capaz de reduzir os danos materiais, ao menos permitiu a redução do sofrimento social decorrente da experiência de destituição da moradia. A proximidade que o ente público manteve com a comunidade, reconhecendo sua impotência frente os fatos e permitindo aos abrigados auto-organizarem o abrigo, gerou a confiança do ente público na validade do senso comum. O estudo do caso⁶ da gestão do abrigo temporário no CIEP-Centro Integrado de Educação Pública Ginásio Público Maria Amélia Pacheco, no município de Sumidouro/RJ, abaixo tratado, sintetiza esta situação ainda pouco usual, porém necessária.

3. O caso Sumidouro: onde o braço do Estado não alcança, a população faz por si própria

O município de Sumidouro (RJ) localiza-se na microrregião Centro Fluminense. Suas principais atividades econômicas são a agricultura (hortifrutigranjeiros), a pecuária e o turismo. Com relevo montanhoso, localiza-se na Serra do Paquequer, sendo sua altitude de 355 metros, apresentando um clima tropical de altitude (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007). O principal rio que corta o município é o Paquequer. A área do município é de 395 km², sendo sua densidade demográfica de 35,8 habitantes por km² (PNUD, 2000). Sua população era, no ano de 1991, de 12.977 habitantes, dos quais 2.011 residiam na área urbana e 10.966 na área rural. Já no ano 2000, eram 14.176 habitantes, dos quais 2.334 habitavam na área urbana e 11.842 na área rural. Neste período (1991-2000), a taxa média de crescimento anual foi de 1,02% e a taxa de urbanização que, em 1991, era de 15,50%, passou para 16,46% no ano de 2000 (PNUD, 2000). Mesmo com tal aumento, manteve-se a característica predominantemente rural da população (mais de 80% do total), constituída de pequenas propriedades e redes de parentesco nas vizinhanças.

⁶ Realizado no âmbito do projeto de Pesquisa "Representações Sociais dos Abrigos Temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas" (apoio CNPq).

IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano do município, Sumidouro apresentava, em 1991, o valor de 0,617, enquanto no ano 2000, esse número foi de 0,712. Entre as dimensões que compõem este índice (IDHM-Educação, IDHM-Longevidade e IDHM-Renda), a que mais contribuiu foi a dimensão da educação, com 42,1%, seguida da longevidade (36,1%) e da renda (21,8%) (PNUD, 2000). Embora denotando um compromisso crescente das famílias e do município para inserção das crianças e jovens na escola, isso não se desdobrou, ainda, em melhoria econômica e social geral. Informações censitárias do IBGE, do ano de 2000, dão conta de que o número de pessoas, de 10 anos ou mais, sem instrução ou com até 1 ano de estudo era de 1.982 habitantes, correspondente a 13,98% da população total do município na época. Os habitantes, com dez anos ou mais, entre um até 7 anos de estudo, isto é, sem o ensino fundamental completo, correspondiam a 7.857 pessoas ou 55,42 % da população total. Aqueles com dez anos de idade ou mais, com rendimento nominal mensal de até 3 salários mínimos chegavam, no mesmo período, a 5.699 habitantes, representando, assim, 40,2% da população; e, os de dez anos ou mais, sem rendimento, 4.261 habitantes ou 30,06% da população total. Trata-se, assim, de uma configuração que denota uma pobreza extensiva. A pobreza, nesse caso, está na imbricação de uma renda monetária e um nível de instrução reduzido, ambos agindo como fatores limitantes em circunstâncias que exijam medidas complexas de prevenção frente a fatores de ameaça, como as chuvas. Uma vez afetados por enchentes ou deslizamentos, os custos de recuperação – como refazimento construtivo da moradia, aquisição de móveis e equipamentos etc – estão acima da capacidade das famílias, exigindo providências do Estado.

Por outro lado, ao se tratar de uma população eminentemente rural, sua reprodução social não está afeita unicamente à renda monetária, pois há meios diretos de provimento da subsistência. Se esses meios, no entanto, são destruídos ou danificados, a renda, também limitada, não consegue ser suficiente para repô-los, onde, então, a pobreza se desvela como tal. Entretanto, há que se considerar que o conhecimento empírico e a sociabilidade própria da agricultura familiar faz com que as famílias em situação de privação possam lançar mão de um tipo de integração e ajuda mútua, ajustando suas necessidades e habilidades aos meios disponíveis, com uma autonomia característica.

Conforme se encontra no formulário de Avaliação de Danos (AVADAN) emitido pela Prefeitura Municipal de Sumidouro, no dia 04 de janeiro de 2007 eventos de enxurrada e inundação brusca tomaram a totalidade da área municipal, gerando vários focos de erosão e deslizamentos. No referido dia, a precipitação pluviométrica chegou ao índice de 173mm, fazendo com que as águas do Rio Paquequer transbordassem de suas margens, alcançando uma cota de 6 metros. Na zona rural, atingiu várias moradias e áreas de agricultura e pecuária; na zona urbana, atingiu

IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

instalações residenciais, comerciais e pequena indústria (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007).

O principal setor atingido foi o primário, o que implicou, a esses desabrigados, perdas não apenas da moradia, mas de meios de produção. Perdeu-se 257,6 toneladas de fruticultura e 2444 toneladas em horticultura. A obstrução das diversas vias principais e vicinais impediu a comercialização da lavoura remanescente, fato que também impactou a pecuária bovina de leite, sem vias de acesso desde os produtores até a Cooperativa Agropecuária e desta até a central de beneficiamento, em Minas Gerais. O transporte de passageiros e também o tráfego de veículos particulares ficou impossibilitado pela ausência de acessos, impedindo a prestação de serviços essenciais. O AVADAN descreve, ainda, que a principal indústria de transformação da cidade, de brocas para a mineração, teve seu auto-forno comprometido, por inundação, num prejuízo à retomada da produção. O desastre causou também sérios danos na rede de saneamento básico, de iluminação pública, de comunicação e no processamento do lixo pela usina de reciclagem existente no Município. Perdeu-se 3.100 m² de pavimentação urbana, 340 metros da rede de distribuição de água, 315 m da rede coletora, e 11.740m de distribuição de energia. Cinco edificações públicas de saúde - comprometendo atendimento de assistência médica e prevenção - duas escolares e 04 comunitárias foram danificadas seriamente ou destruídas. Os prejuízos decorrentes foram estimados em valor superior a 10% do PIB municipal.

No que concerne aos danos humanos, os deslizamentos fizeram 08 vítimas fatais - sendo 5 de uma mesma família - e, associado às enxurradas e inundação bruscas, exigiu da Defesa Civil a providência imediata de abrigos improvisados em escolas. Houve 11 mil afetados, significa dizer, 77,59% da população total do município, aí incluído desabrigados, desalojados e aqueles que, embora continuando em suas moradias, perderam bens móveis, condições de tráfego e acesso e serviços públicos, como água e energia, dentre outros. Das 99 moradias destruídas ou danificadas, 88 eram consideradas populares, levando à situação de desabrigo e desalojamento a população mais pobre do município. Houve 260 pessoas desalojadas e 209 desabrigadas; 06 pessoas levemente feridas e 02 gravemente feridas; 02 enfermas e 08 mortas. Das 260 pessoas desabrigadas, 100 situavam-se na faixa etária de 0 a 14 anos e 09 acima dos 65 anos. Dentre os desalojados, compreendendo a transição desta situação para a de desabrigo e vice-versa (cf VALENCIO et al 2008), 81 situavam-se na faixa etária de 0 a 14 anos e 06 acima dos 65 anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007). Significa dizer que, embora providências imediatas de abrigo tivessem sido tomadas para 260 pessoas, potencialmente quase o dobro poderia vir requerer abrigo - o contingente de crianças e idosos apresentando uma vulnerabilidade expressiva em meio ao total de desabrigados - sobrecarregando ainda mais as limitadas alternativas de infraestrutura que puderam ser disponibilizadas. Passados alguns dias do evento,

IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

de fato, subiu para 1.554 o número de desabrigados (aproximadamente 10% da população total), os quais foram distribuídos em cinco escolas cuja infra-estrutura foi também tomada com a função de abrigo temporário.

Em entrevista concedida aos autores, na ocasião, o prefeito municipal argumentou, consternadamente, que não via modos de restabelecer a normalidade. As máquinas e caminhões estavam tomados pela lama; alguns, a enxurrada empurrou para o leito do rio. Embora o Ministério das Cidades tivesse oferecido recursos financeiros para o processo de reconstrução, a situação era mais grave: não havia área, considerada segura, para implantar obras duradouras, sobretudo moradias. Assim, Sumidouro não se inviabilizava, como lugar, pelo tradicional descaso das autoridades ou pela ausência de apoio financeiro à recuperação, mas pelo reconhecimento de que os fatores de ameaça perdurariam para além daquela estação chuvosa. O poder público local não estava ausente, estava impotente.

Apesar da desolação geral, observou-se que a população afetada tinha consideração pelos membros da gestão, que circulavam, conosco, em meio ao caos, permeáveis à vocalização das queixas, como o Coordenador Municipal de Defesa Civil, a Secretária Municipal de Educação e Cultura e a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social. Nas ruas e nos abrigos visitados, o executivo municipal não era visto como responsável pelas circunstâncias. Pusemo-nos a percorrer, três dias após o evento, os abrigos temporários instalados em três diferentes infra-estruturas. Ao nos deter no maior deles, o abrigo do CIEP Maria Amélia Pacheco, logo uma das coordenadoras voluntárias do local informou-nos: o funcionário antes designado para gerir o abrigo estava, em decorrência de queda de barreira, isolado na zona rural. Era seu aniversário e foi esperado em vão para a comemoração que lhe prepararam. Isso dá o tom da qualidade das relações entre gestor público e abrigado, o que, contudo, não impede que o sofrimento decorrente das perdas e danos havidos estivesse presente. Estavam todos no mesmo barco e o barco estava afundando. A ausência de informações, de que alguns munícipes se queixavam, não decorria da sonegação das mesmas, mas do fato de que o executivo municipal, frente a um quadro que tendia ao agravamento, não tinha o principal meio para lidar com a situação, a base física para repensar a organização do lugar. A noção de segurança deu lugar a uma incerteza geral acerca do futuro.

Três dias após o evento, eram 283 pessoas as abrigadas no CIEP Maria Amélia Pacheco. Tal como em outros casos de desastres relacionados às chuvas, a situação de alteração da condição de desalojamento e desabrigo foi uma constante:

Foi o pessoal da prefeitura que foi lá [na casa danificada] com a Kombi e Deixaram na casa da minha vó. Mas na casa da minha vó também é muita gente e não tem condições. É muita gente! Aí teve [que vir para o abrigo]. E pra cá eu não trouxe nada mesmo. Eles é que arrumaram roupa aí (...) Aí, depois, a moça veio aqui e deu um par de roupa pra gente. Porque nem calcinha! Eu não tinha tirado nada. Tava com a só do corpo que saí de casa (Informante E).

IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

As famílias foram levadas ao local e elas próprias organizaram a divisão das salas de aulas que se tornaram lugares para o descanso e para guardar os bens que puderam salvar: tv, rádio, roupas, bens de valor simbólico. Vínculos de parentesco foi o critério definidor das escolhas que faziam para que mais de uma família partilhasse do mesmo cômodo, resguardando, assim, o respeito possível às relações de consangüinidade onde algumas intimidades podiam ser partilhadas. Uma funcionária do estabelecimento escolar, cuja ocupação corrente estava relacionada a atividades manuais, era uma liderança reconhecida na localidade e logo se tornou a pessoa a quem se reportar para orientar tarefas a que todos se propuseram realizar, sobretudo, as donas de casa, que se dispuseram a colocar suas habilidades privadas no uso coletivo: limpar as áreas de uso restrito (salas de aula), seguido da limpeza das áreas de uso comum (pátios, rampas, sanitários), elaboração do cardápio, feitura das refeições e higienização da cozinha e refeitório, dentre outros.

A limpeza é a gente mesmo(...) Junta, reúne nós tudo, limpa, todo dia limpa. Fica tudo limpinho. Cada um faz uma coisa. Um varre a cozinha, faz almoço, outros pegam a vassoura e varrem, aí fica tudo limpinho. Lá no quarto onde a gente dorme, a gente mesmo limpa. Aí fica tudo em casa (Informante A).

Aqui não teve briga não, todo mundo se ajuda. Cada um faz uma coisa, a gente lava aqui, varre (informante B).

O banheiro é só esses dois que tem [um feminino e outro masculino] é organizado, porque aqui se ajuda e não tem briga. Aqui não tem ninguém que bebe. Quase todo mundo aqui é parente. Quem não é parente, é amigo (Informante D).

Cada uma faz uma coisa: uma ajuda a varrer, outra ajuda a limpar lá dentro. Aqui colabora tudo. Cada um faz uma coisa. A gente sabe o que tem de fazer, a gente pega e faz (Informante G)

Em razão de pudor, algumas donas de casa preferiam lavar as roupas da família em torneiras e pias existentes no local. Porém, aquelas que puderam salvar suas máquinas de lavar e tanquinhos, organizaram uma lavanderia de uso coletivo que foi posta a serviço de todas as famílias.

...eu tô usando a máquina da vizinha... (informante J).

Tá cada uma ajudando a outra, vai usando. Aquelas que não têm, que não ficam acanhada pra pedir...tem gente que não pede né [para utilizar a máquina de lavar de outra abrigada]. Aí lava em outro lugar, se ajeita como pode. Nessa hora acho que todo mundo tem que estar unidas, não tem ninguém pensando em você. Na sua casa seu filho come isso...passa a comer o que tiver (Informante H).

Outros voluntários, incluindo funcionários da prefeitura com outras funções, ajudaram em aspectos da organização do abrigo, mas sem desvalorizar o trabalho colaborativo dos abrigados a quem cabia, de forma coletiva, decidir. Auxiliaram, ainda, em tarefas cotidianas, como na preparação das refeições.

Até cada um arruma seus negócios e amarra umas coisinhas, todo mundo socorrendo todo mundo (...) ainda bem que tem muito vizinho bom..o pessoal ali da Igreja..esses padrinhos, né? Como é o nome dele? Fabinho? Nós dormimos lá. O Roberto da Areia ajudou também dando café, deu um sopão, depois veio leite também. Eu sei que no início, nós ficamos sem socorro...ficamos ali

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008

Brasília - DF – Brasil

ilhados...aquela coisa...ficamos sem socorro..mas agora eles...no outro dia veio o socorro (Informante G).

Até o cachorro, que tava magrinho, agora engordou (...) É comida normal, do dia-a-dia. Arroz, feijão, macarrão, carne. [quem faz a comida] É seu Mauro. Ele não é empregado não [da escola], ele trabalha, deixa eu ver, no posto de dentista. Ele é funcionário da prefeitura. E um outro filho meu, este. E as outras filhas, a nora, tudo ajuda, tudo vai pra cozinha. Aí acaba, todo mundo vai pra cozinha, todo mundo ajuda na hora de arrumar a cozinha, todo mundo ajuda e então não fica pesado, né? (Informante A)

Uma doação substantiva, recebida de São Paulo, permitiu que os principais itens de alimentação e higiene estivessem garantidos ao longo de muitos dias. O executivo municipal permitiu que os próprios abrigados administrassem o recurso e, estes, por sua vez, preocuparam-se em partilhá-lo com os abrigados nas demais instalações havidas no município:

O que todo mundo aqui achou bonito foi uma doação do homem de São Paulo(...) um japonês que trouxe. O que nós ganhamos: arroz, macarrão, feijão, roupa (...) três toneladas de comida que eles falaram... Agora eu achei bonito que eles deram e entregaram na mão do povo e não precisou anotar nada que eles confiaram na gente. E as compras tão tudo lá, pra dividir pros outros colégios (Informante C).

[recebemos mais doações] É, lavoura de... agricultor. Eles trabalham ali, do lado de Teresópolis. Aí vieram assim, trouxe uma doação muito grande pra gente. Trouxe aqui, e a gente ficou muito feliz pelo gesto que eles fizeram, né? E aquilo [o desastre] passou na televisão e aí eles tavam assistindo, prepararam tudo lá e chegou aqui. Aquele monte de alimento pra gente, então a gente agradeceu a Deus e eles, né (...) Gente que nem conhece a gente! (Informante D).

Eles são um povo muito cordaz, um povo muito assim...deram tudo pra gente..a doação que deram ...umas oito toneladas de coisa..mais ou menos. Deram muito arroz, muito feijão, latas de óleo né, Margarida? Veio macarrão. Eu acho que tem bastante doação pra todo mundo. E do daqui vai sair pra outras pessoas, por exemplo, os colégios que tá ...ai eles vêm e apanha ...anota direitinho, tá? Levam pras pessoas que estão asiladas num colégio...fulano..sicrano..então eles mandam daqui e tão pegando, tão levando. Tá andando direitinho. Eu acho que a coisa tá correndo, a Secretaria unida. Eu acho que tá tudo bem(Informante I).

Ocorreu, contudo, um episódio de roubo de parte do estoque que os abrigados atribuíram à vizinhança da escola que, segundo os mesmos, os tratavam com hostilidade.

(...) roubaram fardo de papel higiênico, pinho e iam roubar arroz também, só que não agüentaram levar o fardo de arroz e deixaram aí (...) pulou o portão e pulou o muro ali do refeitório e chegou ali. Quando acordaram, a porta do refeitório tava aberta (Informante D).

Todo mundo sabe que todo mundo tá precisando. E ainda tem gente por aí que fica debochando de quem tá precisando. Porque eles ficam falando assim ah, os desabrigados, isso daí ta parecendo o Carandiru. O pessoal daí... [e aponta pra fora do abrigo] (Informante E).

Na convivência, os aspectos referentes à manutenção de um ambiente de tranquilidade sem a necessidade de estratégias coercitivas também aparece nos relatos dos informantes:

De noite, aqui, fica um silêncio. Parece que não tem ninguém. Aqui, agora, todo mundo conversa, vem almoçar(...). Aí, quando chega de tarde, todo mundo toma um lanche, na hora da janta todo mundo janta. Depois, cada um em seus quartos e não se escuta conversa de ninguém. É tudo família, né. É tudo uma família só. Na hora do almoço tá tudo junto, na hora do café, na hora da janta. Mas é legal. Aí, quando sai daqui, vou até sentir falta... (Informante A).

Partilhando um sentimento comum de privação, se evitava que conflitos entre os abrigados eclodissem. A dor do indivíduo, sendo a mesma daquela coletividade, era circunstância na qual a

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008

Brasília - DF – Brasil

noção de perda, ao invés de provocar isolamento e vergonha, auxiliava que processos de ajuda mútua sobreviessem, impedindo a deterioração da identidade da pessoa e da família.

A gente andou conversando com o prefeito, ele falou que lá não podemos voltar, que pra fazer uma contenção fica mais caro do que fazer uma casa, aí temos que esperar (...) ver o que vai acontecer com nós. A privacidade não tem como ... mas, na verdade, a gente tá mais preocupado é com as casas, a gente tá mais preocupado com a situação da gente né? (Informante I).

[sobre conflitos entre abrigados] Não, não, não teve isso não!! Aqui tá todo mundo com o mesmo problema (Informante E).

Eu acho que pela quantidade de pessoas aqui, tá mais unidozinho... aquelas que não tiver no eixo consegue começar as 'conversas'. Se você fica calada, eu não vou saber o que tá acontecendo, então fica aquela rincha...aquela coisa..não tem rincha aqui..porque o que tive a gente tenta resolver..aquela que tive sangue mais frio vai saber contornar. Sempre tem uma que mais esquentada que a outra, às vezes é por causa de bobeira, de 'disse-me-disse', se tem resolvemo aqui agora. Aqui sempre tenta contornar (Informante H).

Porém, ansiedades, angústias e medos e tristeza estavam presentes no cotidiano, apesar do que evitou-se a ingerência nas questões afetas ao cotidiano do grupo no abrigo, estimulando a verbalização das preocupações para encontrar soluções, num tipo de sociabilidade cujo autocontrole não fosse silenciador :

Mas não pode calar a boca. Se estiver acontecendo alguma coisa, chega e conversa. Num tem nada, daí, vai lá na Cecília [a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social] pra falar, vai na Câmara... tem que fala que a gente resolve aqui. Só vai chega coisa lá se for por um médico, por uma coisa assim..não vai fala abobrinha, que tá todo mundo comendo bem, tá direitinho as coisas. Tamo sendo socorrido? Tem mais é que fica quieto (Informante I).

Mesclavam-se preocupações com o que restou do imóvel, com a guarda e rotação dos bens móveis que não puderam ser retirados da moradia, e com a administração dos problemas familiares prévios, como em relação aos membros adoentados.

Meu marido não sai de casa [da moradia evacuada], tá lá..aí eu fico preocupada, não durmo à noite...minha mãe [tem problemas mentais] andando o dia inteiro no corredor..ninguém consegue dormir com mamãe, né mãe? Fala sozinha, enfim...uma hora tá boa outra hora não tá...aí dá remédio na boquinha toda hora...bota todo mundo pra trabalhar. Menino, tomei um susto..eu procurei nesse corredor 'cadê mamãe? Não encontrava mamãe em lugar nenhum...quando vi ela no escuro ali sentadinha assim...mas que susto, menino, que ela me deu...aí, tudo mundo vai..todo mundo cuida(...) é depressiva...ela sai andando por aí, uma hora tá no serviço, outra hora, tá correndo...é vizinho...bota todo mundo pra trabalhá...(...)todo mundo vai atrás procurando ela, é igual criança de 5 anos... (Informante G)

É. Ele [o marido de uma abrigada] quer ficar na casa dele. Daí a família tá aqui, a filha... Os filhos mais a mulher dele tá aqui. Ele chega de Friburgo, vai lá deitar e fica sozinho dormindo. Aí eles vão lá, levam a comida, mas ele não quer vir. Aí se acontecer de encher tudo e tá dormindo, ele morre afogado. Mas é teimoso! A vó dele morreu já tem 15 anos. Num temporal assim. Morreu ela, uma filha e dois filhos. E mais gente... Eu acho que morreram cinco pessoas numa casa, que não quiseram sair. Aí começou a chover, chover, chover e desceu o barranco e foi isso (Informante A).

Quer-se retomar o cotidiano, mas as condições objetivas do lugar são impeditivas

Eu não consegui ainda, não tenho cabeça. Também ninguém faz cabelo com esses problemas, nem eu penteei o cabelo...tô com o cabelo em pé(...) Porque, nessa hora, ninguém pensa em cabelo...)(Informante G).

Tá. Ah, eu não volto mais pra lá não. Deus me livre. Lá é perigo. O barulho do rio vai lá dentro da minha casa. É perto, viu. Vai ali assim e a casa é em cima. O barulho vai lá na frente H).

IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

Enfim, o contexto colocava inúmeros desafios ao executivo municipal e aos abrigados, fosse para lidar com as questões do cotidiano como em relação às questões estruturais da retomada da normalidade. A disposição colaborativa, como recurso cultural e político que foi lançado mão no relacionamento entre as partes, foi imprescindível; e o será, para que outra perspectiva de territorialidade seja construída em Sumidouro, diante os riscos e incertezas que não poderão mais ser ignorados, impregnados que estarão na memória social local.

4. Para concluir

Os eventos hidroclimáticos, como as chuvas, ao encontrar condições de vulnerabilidade socioambiental, culminam em desastres cada vez mais intensos e extensos. A destruição ou danificação severa da moradia ocasiona sofrimento social significativo aos afetados, pois o espaço habitado é o pilar de complexas relações sociais, econômicas e ambientais. Esta situação é agravada quando o morador é obrigado a abandonar a sua casa, o seu lugar e, sem amparo financeiro ou social, tem como única alternativa se dirigir aos abrigos temporários ofertados pelo Estado. Na condição de abrigado, o afetado tem sua rotina do lar modificada, o que altera o *habitus* e resulta na perda das referências como cidadão e como indivíduo, além de sofrer possíveis estigmatizações tanto pela comunidade local quanto pelos operadores do Estado.

Em Sumidouro/RJ, os desabrigados participaram de seu próprio processo de reabilitação, criando regras próprias de funcionamento do espaço que consideraram a minimização do sofrimento social dos que ali foram inseridos. Diante a recorrência de relações hierárquicas entre gestores de abrigos temporários e abrigados, a lógica comunitária de gestão, referente ao abrigo temporário instalado no CIEP Escola Maria Amélia, se mostrou, em termos práticos, adequada, por pautar-se na manutenção da coesão social por princípios de solidariedade e não coercitivos. As mulheres puderam simular, relativamente à organização do seu antigo lar, aspectos de seu *habitus* e permitindo, em parte, a renovação do mesmo para que a rotina do abrigo funcionasse.

Tal como caracterizou o AVADAN de Sumidouro, o evento de deslizamentos, enxurradas e inundação abrupta, apesar de súbito, era previsível e com tendência para o agravamento na estação chuvosa. De fato, passado meia hora do término da coleta de campo da pesquisa que ensejou esse trabalho, em meio a um cenário de extensiva desolação, houve a queda de mais uma barreira que, desta vez, isolou por completo o município. Em circunstâncias como essas, de persistência da vulnerabilidade, que mescla aspectos sociais e ambientais, o processo de resposta e reabilitação deve contar com as capacidades próprias dos munícipes para seu auto-socorro e proteção. Mas deve, sobretudo, concorrer para instaurar-se uma ecologia de saberes,

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008

Brasília - DF – Brasil

em que, numa discussão inadiável dos afetados com o Estado, os vários argumentos possam ser explicitados para dar nitidez ao horizonte de produção social do lugar.

5. Referências

ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental** - novas articulações entre meio ambiente e democracia. IPPUR-UFRJ, 2000. Disponível em: <<http://www.ida.org.br/artigos/justicambiental.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

_____. Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 Maio 2008. doi: 10.1590/S0104-71832006000100007

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**, v. II. Brasília: SEDEC, 1999.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. **Política Pública de Prevenção e Resposta aos Desastres: as ações da SEDEC de 2003 a 2006**. Relatório de Atividades. Brasília: SEDEC, 2007a.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Defesa Civil Nacional registrou 730 desastres naturais este ano**. 2007b. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/noticias/noticia.asp?id=2794>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Centro de Estudos da Metrópole**. 2008. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca/publicacoes-e-artigos/estudo-contratado-pelo-mcidades-revela-o-dobro-de-precariedade-da-indicada-pelo-ibge/DomicilioemAssentamentosPrecariosporMunicipio.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

BRÜSEKE, F. Risco Social, risco ambiental, risco individual. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.1, n°1, 1997.

CEPAL. **Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe**, 2006. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/28063/LCG2332B_3.pdf>. Acesso em 10 fev. 2008.

DOUGLAS, M. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Orgs.). **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

IV Encontro Nacional da Anppas

4,5 e 6 de junho de 2008

Brasília - DF – Brasil

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Mudança do Clima 2007: a base das Ciências Físicas. Paris: OMM/PNUMA, 2007a.

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Mudança do Clima 2007: impactos, adaptação e vulnerabilidade. Bruxelas: OMM/PNUMA, 2007b.

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ONU - Organização das Nações Unidas. Assembléia Geral. Aplicación de la Estrategia Internacional para la Reducción de los Desastres - Informe del Secretario General. **Informe A/61/229**, 8 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.unisdr.org/eng/about_isdr/basic_docs/SG-report/SG-report-61-229-spa.pdf>. Acesso em 29 abr. 2008.

ONU/EIRD - Organização das Nações Unidas. Estratégia Internacional para redução dos Desastres. Mejorando la información y la análisis sobre el impacto de los desastres. **Cápsulas Informativas**, n.1. Geneve: ONU/EIRD, 2003.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Conferência: Sistemas de Atenção às Vítimas de Situações de Emergências e Desastres: contribuições possíveis da Psicologia. Organização Pan-americana da Saúde. In: **1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres**: Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras. Brasília, FINATEC, 2006. Disponível em: <<http://www.pol.org.br/psicologiadodesastres/programacao.cfm>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Fundação João Pinheiro; IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M)**. Brasília: PNUD, 2000.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Entenda os indicadores**. 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/indicadores/index.php?lay=ind1&id_ind=mor&nome_ind=Moradia>. Acesso em: 14 jun. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO. **Avaliação de Danos**. 2007.

QUARANTELLI, E.L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In: _____(Org). **What is a disaster? Perspective on the question**. London and New York: Routledge, 1998.

SOAR FILHO, E. J.; LEIS, H. R. Reflexividade e crise de confiança na sociedade contemporânea. In: LEIS, H. R. (Org.). **Impactos da Modernidade na Condição Humana**. Florianópolis: Insular, 2005.

SANTOS, B. DE S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____(Org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: "Um discurso sobre as ciências" revisitado. Porto: Afrontamento, 2003.

TORRES, H. G. et al . Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estud. av.** , São Paulo, v. 17, n. 47, 2003 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 May 2008.

IV Encontro Nacional da Anppas
4,5 e 6 de junho de 2008
Brasília - DF – Brasil

VALENCIO, N.F.L.S. **A gestão de desastres como prática institucional de reiteração da violência contra grupos vulneráveis:** o caso dos abrigos temporários. Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007a, Recife. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT11%20Estratificação%20e%20Desigualdades%20Sociais/A%20gestão%20de%20desastres%20como%20prática%20institucional%20de%20reiteração%20da%20violência%20contra%20grupos%20vulneráveis%20o%20caso%20dos%20abrigos%20temporários1.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2008.

_____. **O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) diante das Mudanças Climáticas:** desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 1, 2007b, São Carlos. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Norma%20Venancio,%2016-08-7.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2008.

_____. Por uma reflexividade institucional da Defesa Civil no Brasil. **Revista Emergência**. Porto Alegre, 2007c.

VALENCIO, N. F. L. S. et al. A produção social do desastre: dimensões territoriais e político institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas”. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v.44-45, 2004

_____. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais: **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v.4, 2005.

_____. Implicações éticas e sócio-políticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20 n.1, jan-mar 2006.

VALENCIO, N. F. L. S.; GONÇALVES, J.C. Da confiança à fatalidade: colapso de barragens como limite ao paradigma da modernização. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 25, 2006.

VALENCIO, N. F. L. S.; MARCHEZINI, V.; SIENA, M. **Após o desastre:** abrigos temporários como *loci* de reafirmação da vulnerabilidade dos afetados pelas chuvas. Reunião Brasileira de Antropologia, 26, 2008, Porto Seguro. Disponível em: <http://201.48.149.88/abant/arquivos/6_5_2008_10_8_47.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2008.